

Editorial

Reforma tributária em marcha à ré

Já era esperado! Parece não ter adiantado muito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter aberto os cofres públicos e liberado cerca de R\$ 2 bilhões em emendas parlamentares para deputados federais e senadores, na tentativa de ver aprovada a reforma tributária. Nem mesmo a imprensa e correria do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), pautando de madrugada a reforma tributária e o arcabouço fiscal, deram certo. Lira viu crescer a pressão da oposição, de entidades e da sociedade contra a atabalhoada e suspeita reforma proposta pelo governo Lula.

Ninguém acredita que haja acordo até amanhã para as propostas possam ser votadas no Congresso Nacional, mesmo porque seriam necessárias muitas alterações por parte do relator da matéria, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP).

A Frente Nacional de Prefeitos emitiu um comunicado terça-feira se manifestando contra a reforma tributária patrocinada pelo governo federal. O grupo diz representar 60% dos brasileiros e argumenta que a proposição que está tramitando na Câmara subtrai a autonomia e cria incertezas, além de retirar recursos dos municípios.

"O texto (...) traz incertezas para os municípios e para o cidadão. A palavra "poderá", por exemplo, aparece 26 vezes na proposta, o que reforça a falta de clareza sobre o modelo. Além disso, sinaliza maior tributação para o setor de serviços, penalizando justamente os maiores geradores de emprego", diz o comunicado da entidade. A organização diz ser favorável à simplificação tributária, mas não esta que aí está, já que retiraria recursos das cidades. A Frente Nacional de Prefeitos é contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição 45/2019 neste momento, sem o diálogo com esta entidade representativa.

Na verdade, o texto que pretende avançar em direção à Reforma Tributária nos próximos dias, na Câmara dos Deputados é uma grave ameaça ao setor mais importante do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e responsável por dois terços dos empregos da economia do País: os serviços — uma vez que, se aprovado, o projeto vai representar aumento significativo da carga tributária para empresas de todos os segmentos e portes dentro do setor.

Documento — apresentado pelo Grupo de Trabalho (GT) na Câmara depois de meses de discussão entre parlamentares e representantes da sociedade civil e de setores da economia — prevê resolver esse dilema adotando alíquotas diferenciadas em dois novos impostos para segmentos especifi-

cos dos serviços, como educação, saúde e transporte público. Para a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), a medida não é suficiente, já que aplicável apenas para algumas atividades, e as empresas do setor, de uma forma geral, têm na folha de pagamentos a sua principal despesa — e ela não dá direito a créditos dentro do regime tributário.

Deputados aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se dizem contrários à proposta de reforma tributária e prometem se opor à votação. Na segunda-feira, o PL — que nas eleições passadas elegeu a maior bancada na Câmara, com 99 integrantes — bloqueou a votação do projeto que altera o funcionamento do Carf (o conselho de recursos da Receita), que está trancando a pauta na Casa. Parlamentares da sigla dizem que esse já foi um "recado" ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), de que a mudança nos impostos "não está madura".

"O brasileiro não aguenta mais imposto, quanto mais o pobre", disse Eduardo Bolsonaro (PL), reverberando crítica da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) de que a reforma, como está, vai encarecer a cesta básica. O governo contesta essa informação e diz que os cálculos estão errados. Também o ex-presidente Jair Bolsonaro se manifestou contra a reforma em tramitação na Câmara, esquentando a temperatura do debate.

"Reforma tributária do PT: um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres. Do exposto, o presidente do PL e seu líder na Câmara dos Deputados encaminharão, junto aos seus 99 deputados, pela rejeição total da PEC da reforma tributária", publicou Bolsonaro, no Twitter.

Principal pauta da semana de esforço concentrado convocada pelo presidente Arthur Lira, a reforma tributária travou na Câmara, alvo de uma ofensiva de setores como saúde, serviços e agro e também sob pressão de governadores, que querem gerenciar a arrecadação de impostos.

Segundo líderes partidários e técnicos legislativos, é improvável que o texto alcance até amanhã (7) um consenso que viabilize o número de votos necessários para que seja aprovado — por ser uma PEC (proposta de emenda à Constituição), precisa do apoio de pelo menos 308 deputados, em votação em dois turnos.

Além da reforma tributária, outros dois projetos da semana de esforço concentrado - Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) e arcabouço fiscal - enfrentam dificuldades.



Satélite brasileiro bate recorde mundial

Nenhuma agência espacial teve ou terá tantos êxitos como a NASA, especialmente porque é a que mais recursos recebe. Creio que já seja do conhecimento público que o espaço é um ambiente hostil, fiquei surpreso quando, em novembro de 2020, a NASA restabeleceu as comunicações com a Voyager-2 após um período de silêncio de rádio de oito meses, o mais longo em 30 anos, devido ao desligamento para atualização da única antena na Terra capaz de comunicar com a nave, a Deep Space Station, na Austrália.

As Voyager-1 e Voyager-2 foram lançadas em 1977 para aproveitar um alinhamento favorável dos planetas gigantes gasosos Júpiter e Saturno e dos gigantes de gelo, Urano e Netuno, para voar perto deles e coletar dados.

Outro feito extraordinário é o Telescópio Espacial Hubble, que é um satélite artificial que transporta um grande telescópio para luz visível e infravermelha. Foi lançado em 24 de abril de 1990, a bordo do ônibus espacial Discovery. Em outra área, o de observação da Terra, a NASA desenvolveu o Geotail, juntamente com o Japão e lançado por um foguete Delta II em 24 de julho de 1992.

O Geotail forneceu informações sobre como o envelope magnético que envolve a Terra, chamado de magnetosfera, responde ao material e energia vindos do Sol. Sobrevivendo muito mais tempo do que o planejado, até 28 de novembro de 2022. Era o mais longo satélite da área de observação da Terra, durou 30 anos, 4 meses e 4 dias. Depois, vinha o brasileiro SCD-1. Iniciou-se a contagem regressiva!

O Satélite de Coleta de Dados (SCD-1) é o primeiro satélite brasileiro, projetado e construído no país por tecnólogos que foram treinados no Canadá durante a fabricação do primeiro satélite de telecomunicações, o Brasilsat A1, adquirido pela Telebrás junto da Spar Aerospace Ltd. O INPE também contratou assessoria da Agência Espacial Europeia, ESA, já que a NASA estava impedida de ajudar o Brasil.

A missão do SCD-1 era coletar dados ambientais das plataformas de coleta de dados distribuídas pelo território nacional e retransmitir para as estações terrenas do INPE, em Cuiabá e Alcântara, que enviavam ao Centro de Missão, em Cachoeira Paulista, que os fornecia aos

usuários. Todos tiveram que ser desenvolvidos, especialmente o complexo software de solo. O INPE ainda investiu em uma área limpa para fabricar componentes e no Laboratório de Integração e Testes (LIT). O SCD-1 pode parecer simples, mas envolveu desenvolvimento de muita tecnologia. Ele tinha ainda, não um, mas dois computadores de bordo, totalmente desenvolvidos no INPE, incluindo o Sistema Operacional. Aparentava ser um prisma octogonal, de 1m de diâmetro e 1,45m de altura, pesando 115 Kg e com 110 W de potência. Era estabilizado por rotação, 120 rpm no início.

Foi lançado em 9 de fevereiro de 1993, em órbita circular de 750 km de altitude e 25 graus de inclinação. No último 17 de junho, o SCD-1 ultrapassou o recorde do Geotail, tornando-se o satélite em operação mais longo do mundo. Um marco honroso para todo o investimento feito e gloriioso para a tecnologia nacional.

Mario Eugenio Saturno (cientecfan.blogspot.com) é **Tecnologista Sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e congregado mariano**

COLUNA 2

É OFICIAL

O advogado Cristiano Zanin Martins, escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para substituir o ministro Ricardo Lewandowski no Supremo Tribunal Federal, foi nomeado oficialmente nesta quarta-feira (5) para sua nova função. O decreto que formaliza o ingresso do advogado na Suprema Corte foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

POSSE

De acordo com a Suprema Corte, a posse de Zanin será feita no dia 3 de agosto. Após assumir o cargo, o novo ministro deve herdar 530 processos do gabinete de Lewandowski, assumindo a relatoria de casos como as investigações do chamado "orçamento secreto" e a validade de regras da Lei da Estatais sobre a nomeação de conselheiros e diretores. Nos moldes atuais, Zanin poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal até completar 75 anos. Vai ter muito tempo de mordomias na corte!

SEM DIPLOMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou as redes sociais para rebater críticas que recebeu por não ter diploma de ensino superior. O petista lembrou que, durante seu primeiro mandato, nem ele e nem o então vice-presidente José Alencar possuíam um diploma, mas que ainda assim eles investiram em educação. A publicação foi uma resposta ao humorista Carlos Alberto de Nóbrega, que disparou críticas contra Lula durante participação no programa Roda Viva, da TV Cultura. Ele afirmou que o "país está desse jeito" por causa da ausência de graduação do presidente.

SAÚDE CARA NO TSE

Ministros, juizes e servidores do Tribunal Superior Eleitoral terão direito a um plano de saúde que custará aos cofres públicos o valor de R\$ 76 milhões. O Diário Oficial da União divulgou a informação de que o TSE firmou o contrato com a operadora de saúde Unimed na modalidade de plano coletivo empresarial. O contrato terá vigência entre o período de 1º de agosto de 2023 a 1º de fevereiro de 2026, podendo ser prorrogado. O plano de saúde estará disponível para todos os servidores e também seus dependentes.

PERGUNTINHA

Até quando o prefeito Daniel Alonso vai "empurrar com a barriga" o problema grave do camelódromo? Estaria ainda extasiado com a "obra do século" (radares)?

Servidores públicos devem trabalhar para a sociedade e não para governos

A estabilidade no setor público brasileiro, introduzida na Constituição de 1934 e ratificada na Carta Magna de 1988, em seu Artigo 41, atende a um preceito global das nações democráticas, de tornar o funcionalismo imune à alternância partidária e ideológica nos governos e às influências políticas e de interesses de grupos. Resguarda-se, assim, o direito da população a serviços eficazes e isonômicos. Para que essa condição seja garantida também é essencial que a contratação dos servidores baseie-se em critérios técnicos, conhecimento e capacitação, sem qualquer interferência de políticos, autoridades ou segmentos da sociedade e do poder econômico. Daí o significado e a fundamentação dos concursos públicos. O primeiro deles, orga-

nizado de modo semelhante ao que há atualmente, realizou-se em 1937, quando cerca de cinco mil candidatos disputaram vagas no então Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

Com o tempo, muitos aperfeiçoamentos verificaram-se no âmbito dos concursos públicos, essenciais à admissão de profissionais capacitados à prestação de serviços aos brasileiros. Estamos falando, dentre outros, de professores, médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais, delegados de polícia, investigadores e outras carreiras da segurança, fiscais, engenheiros, geólogos, magistrados, cartorários dos fóruns, promotores, defensores públicos, procuradores, técnicos

e atendentes da previdência, economistas e todo o pessoal especializado que provê suporte administrativo às distintas áreas.

Considerada a importância dos concursos, é louvável a intenção do atual governo de promover seu aperfeiçoamento, a partir do Projeto de Lei 2.258/2022, aprovado pela Câmara dos Deputados. Trata-se de substitutivo ao PL 92/2000 do Senado, que agora precisa ratificar a matéria. A incorporação de tecnologia para melhorar os processos de seleção, ampliação da diversidade nos grupos de candidatos e melhor adequação dos conteúdos e focos de conhecimento específicos para cada carreira são avanços relevantes.

Entretanto, outras possibilidades em discussão, a exemplo de entrevistas pessoais e trei-

namento prático supervisionado como requisitos para admissão, precisam ser mais bem analisadas. Afinal, são critérios que fogem à objetividade dos exames e submetem os candidatos ao julgamento subjetivo de terceiros. Por mais que se preze pela imparcialidade e proficiência dos profissionais responsáveis por essas etapas suplementares e eliminatórias, é muito difícil garantir imunidade integral a influências e avaliações de caráter pessoal, colocando-se em risco o fundamento basilar do concurso público. Outro ponto questionável encontra-se no Artigo 8º do PL, que prevê a possibilidade de realização de provas on-line. Não acredito que haja qualquer modelo cibernético capaz de assegurar a plena segurança desse processo virtual. O risco de

fraudes seria imenso.

O modelo de contratação dos profissionais para a prestação de serviços à sociedade deve ser sempre melhorado e aprimorado, em linha com as transformações socioeconômicas e os avanços tecnológicos e das estruturas laborais. No entanto, é preciso preservar totalmente a integridade, a imparcialidade e a lisura do concurso público, principal fator para que o funcionalismo não trabalhe para governos, mas sim para o povo.

Artur Marques da Silva Filho, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP)

JM Mercados

Indicadores

Salário Mínimo (R\$)	1.320,00
IPCA (IBGE) - mês %	0,23
IGP-M (FGV) - mês %	-1,93
IPC (FIPE) - mês %	-0,03
TR - pré %	0,2150
Taxa bás. finan. - TBF %	1,06
Poupança (% mês)	0,6793
CDB pré 30 dias % ano	13,198
CDB pré 90 dias % ano	12,946
CDI acumulado % mês	0,10
CDI anualizado %	13,65
Dolar turismo R\$	5,0370
Euro turismo R\$	5,4560
Risco País - Brasil (pontos)	223
US 10 - Year Bond Yield (%)	3,93350

Bolsas

América		
Ibovespa	119549,21	0,40%
Maiores Altas		
BRF SA ON NM		+10,28%
MRV ON NM		+6,67%
IRBRASIL REON NM		+6,60%
Maiores Baixas		
BRASKEM PNA N1		-4,42%
AZUL PN N2		-3,12%
RAIZEN PN N2		-2,72%
Dow Jones DJI	34288,64	-0,38%
S&P 500	4.446,82	-0,20%
Europa		
Londres FTSE	7442,10	-1,03%
Madrid IBEX35	9486,30	-1,06%
Frankfurt DAX	15937,58	-0,63%
Ásia		
Tokyo NIKKEI	33338,70	-0,25%

Commodities

Soja		
ESALQ/BVMF	140,74	04/07
CBOT - (jul/23)	1544,00	-1,15%
Milho		
ESALQ/BVMF	55,68	04/07
BM&F - (jul/23)	53,20	-0,15%
Trigo		
Kansas - (jul/23)	857,000	7,29%
Kansas - (set/23)	843,750	5,93%
Café		
CEPEA/ESALQ	170,569	04/07
NY - (jul/23)	162,25	-0,15%
Londres - (jul/23)	2759,00	0,55%

Açúcar

CEPEA/ESALQ	139,260	04/07
NY out/23	23,50	0,77%
Londres - (ago/23)	658,20	1,09%

Boi

ESALQ/BVMF	258,65	04/07
BM&F - (jul/23)	258,15	-0,33%

Moedas

Dólar Americano	4,8503	0,20%
Euro	5,2619	-0,02%
Libra Esterlina	6,1586	0,16%

Ouro

1 grama	R\$ 299,76
---------	------------

JORNAL DA MANHÃ

EMPRESA JORNALÍSTICA JORNAL DA MANHÃ LTDA
Desde 1981 - 42 anos
www.jornaldamanha.com.br

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO

Rua XV de Novembro, 883 - Centro
Fone 14 | 3311-5400
CEP: 17.500-050 - Marília/SP

Redação jmanha@terra.com.br

Produção jmarte@terra.com.br

Comercial jmcomercial@terra.com.br

Anete Delgado D'Avila
Diretora-presidente

Jocelin Machado de Oliveira
Editor-geral

Mb 19/087

REPRESENTANTE COMERCIAL

RGD - Comunicação S/C Ltda

Rua Luciano Bronizzi, 135 - Vl. Izolinda Mazzoni

CEP 02083-120 - São Paulo - SP
Fone/Fax 11 | 2959-0222

CIRCULAÇÃO AUDITADA ADJORS-SP

Os artigos de opinião publicados nesta página não refletem a opinião do jornal da Manhã e são de inteira responsabilidade de seus autores.